



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 16 de maio de 2022 - Ata n.º 42.

Aos dezesseis dias do mês de maio de dois mil e vinte e dois, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Sr.º Deputados **Nelson Luersen** (na função de 1.º Secretário) e **Michele Caputo** (na função de 2.º Secretário), “sob a proteção de DEUS”, iniciou os trabalhos da **42.ª Sessão Ordinária da 4.ª Sessão Legislativa da 19.ª Legislatura**.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): “Sob a proteção de Deus”, iniciamos a nossa Sessão Ordinária desta segunda-feira. Convido o Sr. 2.º Secretário, na pessoa do nosso ilustre Deputado Michele Caputo, para que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

SR. 2.º SECRETÁRIO (Deputado Michele Caputo – PSDB): Boa tarde, Presidente e todos que nos acompanham. (Procedeu à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior, n.º 41, de 11 de maio de 2022.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Em discussão a presente Ata. Encerrada a discussão. **Ata aprovada.** (A Ata permaneceu à disposição dos Sr.º Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

Consulto o 1.º Secretário aqui *ad hoc*, Deputado Nelson Luersen, se há Expediente a ser lido.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Nelson Luersen – UNIÃO): Sim, Sr. Presidente.

Ofício: (Encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofício n.º 791/2022** do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (autuado sob o n.º 206/2022), que altera e acresce dispositivos à Lei n.º 12.216, de 15 de junho de 1998, que cria o Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário – Funrejus, e acresce dispositivos à Lei n.º 17.838, de 19 de dezembro de 2013, que cria o Fundo Estadual de Segurança do Magistrados – Funseg. Seria isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): O Grande Expediente, por solicitação do Deputado Plauto Miró, na Sessão de hoje, o horário será destinado para ouvirmos a Sr.^a Regilaine Arruda, administradora, membro da Câmara da Mulher e do Conselho Regional de Administração – CRA, e logo após ouviremos a Dr.^a Joiceli Fabrício, administradora, Conselheira e Coordenadora da Câmara da Mulher, que falarão sobre os desafios de ensinar e aprender educação financeira. Concedo neste momento a palavra ao Deputado Plauto Miró, que é o proponente desta solicitação, para que faça a saudação às nossas visitantes.

GRANDE EXPEDIENTE: Usaram da palavra o Sr. Deputado Plauto Miró e as Sr.^{as} Regilaine Specia de Arruda e Joiceli Fabrício.

DEPUTADO PLAUTO MIRÓ (UNIÃO): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas. Quero, no dia de hoje, relembrar a lei que aprovamos na Assembleia Legislativa e foi promulgada em 27 de agosto de 2021, que institui a Semana Estadual da Educação Financeira, que é realizada toda semana que



compreender o dia 20 de maio. E convidamos, nesta primeira semana que está sendo realizada, pós-aprovação da lei, a Sr.^a Regilaine Arruda, que é especialista em investimentos e também a Dr.^a Joiceli Fabrício que vão, no dia de hoje, falar, para todos nós sobre a educação financeira, sobre os gastos familiares. E tudo isso faz com que nós, as pessoas que estão nos ouvindo, possam acompanhar aquilo que tecnicamente é o correto na vida financeira de cada família e de cada pessoa. Quero fazer uma saudação também ao Conselho Federal de Administração dos Estados, que estão nos acompanhando agora, Sr. Presidente e a Joiceli e Regilaine que estão aqui representando o Conselho Regional de Administração do nosso Estado do Paraná. A Mariângela também nossa colaboradora, nossa assessora que está conosco acompanhando a Regilaine e a Dr.^a Joiceli. É isso, Sr. Presidente. Vamos ouvi-las. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Neste momento, então, concedo a palavra à Sr.^a Regilaine Arruda.

SR.^a REGILAINA ARRUDA: Muita boa tarde, Sr. Presidente, demais Deputados. Primeiramente, obrigada pela oportunidade de estar aqui nesta Casa de Leis. Hoje estou a convite da Liderança da União Brasil e do Deputado Plauto Miró, ao qual quero também enaltecer e parabenizar por trazer este tema tão importante em discussão no processo legislativo. Por meio desta lei, de sua autoria, que instituiu a Semana de Educação Financeira no Paraná. Parabéns, Deputado. Discutir esse tema é de suma importância para o desenvolvimento da nossa sociedade. Não somente para as gerações futuras, mas as gerações atuais também. Temas como renda, dinheiro, juros, despesas, crédito, liberdade e independência financeira ainda são considerados um mistério e algo muito distante de grande parte da nossa população. E é importante frisar que a população financeiramente educada significa população com maior qualidade de vida e bem-estar. A questão fundamental da educação financeira é não gastar mais do que se ganha. Mas



como falar disso para uma pessoa que sobrevive com um salário mínimo no nosso País, não é mesmo? O Brasil ainda é um País pobre e bastante desigual. Isso é fato. De acordo com dados do Fundo Garantidor de Crédito, que busca proteger o pequeno investidor, a maioria das contas, quase metade, 48% das contas protegidas pelo FGC são contas de apenas R\$ 10. Isso é muito sério. Apenas 0,30% das contas do FGC são acima de 250 mil. Isso mostra o tamanho da desigualdade no nosso País. Portanto, o desafio é enorme. Educação financeira não é apenas falar em investimentos, mas falar sobre geração de renda, controle de gastos e aí, sim, poupança e investimentos; envolve falar de trabalho, pois é com o trabalho que ganhamos dinheiro e é por meio do trabalho que conseguimos gerar renda para viver e conquistar nossos sonhos. O trabalho é o começo de tudo. Depois de entender como se pode ganhar dinheiro, temos que ensinar a gastar. Nesse ponto é essencial trabalhar o comportamento das pessoas, o consumo consciente e o bom uso do crédito. É alertar para a importância de entender o padrão de vida, sobreviver para si e para sua família e não para uma sociedade que por vezes nos julga pelo que temos e não pelo que somos. Nesse equilíbrio entre ganhar e gastar é preciso que famílias, educadores, políticas públicas, entendam que hora vamos falar de cortar gastos e agora vamos ter que falar de aumento de renda. E somente após conseguir ajustar as contas para se viver, com menos do que se ganha, é que vamos falar em poupança, em investimentos, outro ponto relevante do tema. Ensinar a investir é ensinar sobre juros compostos, diferentes tipos de ativos; ensinar o que é o mercado financeiro e seus mecanismos e instituições reguladoras. Isso tem papel essencial para evitar que notícias tão comuns de golpes envolvendo o dinheiro das pessoas, aconteçam com cada vez menos frequência. Também é falar de autoconhecimento para que ele ajude a tomar decisões corretas e eficientes. É no presente que construímos o futuro e isso vai depender da capacidade de poupança de cada um. Espero que a sociedade paranaense se beneficie muito não só da Semana de Educação Financeira, mas de todo esse legado que



incluir esse tema nos currículos escolares de forma permanente traz. É importante ressaltar que o assunto deve estar presente em todas as casas, atingir as famílias dos estudantes, atingir os professores e suas famílias – e expandir para toda a sociedade. Para isso, é preciso preparar nossos professores para lidarem com toda a complexidade que a educação financeira traz. Colocar esse tema no currículo escolar foi, sim, um grande passo. Sei o esforço que o Governo tem em preparar os educadores para abordar o tema na sala de aula, mas é uma missão impossível apenas com alguns cursos a distância. Falamos de correr atrás de anos e anos de prejuízo, ignorando esse tema e a sua relevância para a formação profissional e pessoal. Por isso as discussões como essa são de grande relevância para a comunidade. A carência de conhecimento do tema está em todos os setores, em todas as classes sociais e precisa de atenção. Passar esse conhecimento é um processo que pode levar anos para vermos os resultados. E é um processo que independe de cenário econômico e ele traz dignidade à vida das pessoas a partir do momento em que todo esse conteúdo é absorvido e incorporado ao dia a dia das famílias, a ponto de, aí, sim, gerar mudanças comportamentais e concretas que vão refletir em um País economicamente mais desenvolvido.

Muito obrigada. (Aplausos.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Na sequência, concedo a palavra à Sr.^a Joiceli Fabrício.

SR.^a JOICELI FABRÍCIO: Boa tarde, Deputado. Cumprimentando a Mesa, cumprimento os demais membros da Casa, em especial o Deputado Plauto Miró que nos convidou para estarmos aqui, hoje, e as Deputadas Cantora Mara Lima, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher; Deputada Cristina Silvestri; Deputada Mabel Canto; Deputada Luciana Rafagnin e Deputada Maria Victória. Em nome do Conselho Regional de Administração do Paraná, na pessoa do nosso Presidente, o Administrador Sérgio Lobo e da Câmara da Mulher Administradora do CRA/PR, queremos destacar e



agradecer a oportunidade que a Assembleia Legislativa do Paraná nos faculta, Deputado Plauto, para nós, histórico. Como muito bem colocou a Administradora Regilaine: discutir e ensinar sobre educação financeira é cada vez mais importante, à medida que buscamos ser uma economia mais justa, cidadã e desenvolvida. O projeto do Deputado Plauto sobre educação financeira cruzou com os nossos objetivos quando planejávamos as atividades para este ano e recebemos muitos pedidos das administradoras para falar de finanças nos seus mais diversos aspectos. Então, preparamos, como a Regi colocou, uma cartilha sobre educação financeira que está à disposição para uso nas escolas públicas, e também teremos, amanhã, com a Bianca Juliano, à qual deixo um convite aí na tela para todos. Gostaria, ainda, de deixar a sugestão de se realizar a capacitação dos professores da rede pública municipal, com profissionais da Administração, Deputada Cristina Silvestri, que já estão há muitos anos pesquisando e estudando sobre o assunto. Nesse sentido, os profissionais de administração, especializados em finanças, como é o caso das minhas colegas Regilaine e Mari Ângela aqui presentes, podem ajudar a treinar e preparar os professores para uma vida mais equilibrada, que se refletirá não apenas em um ensino melhor sobre educação financeira, mas com a tranquilidade nas demais áreas, já que ensinamos aquilo que praticamos também. Não é, Deputado Guerra? Queremos ainda destacar a importância desse tema, principalmente para as mulheres. Quando falamos de autonomia e fortalecimento feminino, o pilar, a base é o dinheiro. Não é, Deputada Mabel? Saber ganhar e saber gastar para as mulheres significa muitas vezes não precisar se sujeitar a um relacionamento abusivo, passar ou ver os filhos passarem necessidade. Na CMA, temos procurado colaborar com os profissionais de administração do nosso Estado, seja levando conhecimento, seja ampliando as conexões e serviços aos nossos registrados. Nesse sentido, o CRA por meio da Câmara da Mulher, trouxe dezenas de *webinares* com focos em conciliar maternidade e trabalho; saúde da mulher administradora; as mulheres e a política; formas de investir no mercado financeiro e tantos outros



temas. Por fim, quero agradecer o trabalho das mulheres Deputadas desta Casa, que também têm sido companheiras do Conselho há muito tempo. Sabemos que ainda há muito a ser feito, mas os projetos que apoiam a condição feminina, assim como a mulher na Olimpíada, a cientista olímpica aqui da Casa, são motivos que nos orgulham, assim como a sociedade paranaense. Mais uma vez a minha gratidão ao Deputado Plauto e vamos deixar na tela o convite para a *live*, amanhã, como já coloquei, com a Bianca Juliano, especialista em investimentos, uma das mais renomadas do País. Para encerrar, gostaria de citar um pensamento de Confúcio: “Até que o sol não brilhe, acendamos uma vela na escuridão”. Muito obrigada. (Aplausos.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Agradecemos a participação da Regilaine Arruda e da Joiceli Fabrício e **vamos suspender a Sessão por instantes para os registros fotográficos.**

(SESSÃO SUSPENSA.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Está reaberta a Sessão. Primeira oradora inscrita, Deputada Mabel Canto.

PEQUENO EXPEDIENTE: Usaram da palavra os Sr.^{os} Deputados: Mabel Canto; Cristina Silvestri; Ricardo Arruda; e Michele Caputo.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Boa tarde, Sr. Presidente! Boa tarde às Deputadas, aos Deputados! Hoje, trago aqui um assunto que está causando muita preocupação lá na nossa região de Ponta Grossa, Deputado Michele Caputo, e o senhor vai entender bem o que vou falar, sobre a questão da taxa de mortalidade materno-infantil fetal que notamos que, neste último ano de 2021, acabou crescendo em virtude dos demais anos. Sabemos que existe o programa *Mãe Paranaense*, que inclusive foi criado enquanto o senhor era Secretário, um reflexo do *Mãe Curitibana*, que vem aí para justamente reduzir a mortalidade materno-infantil em todas as regiões do Estado do Paraná, mas,



infelizmente, os dados em Ponta Grossa são preocupantes. Vejam, no ano passado, tivemos 71 óbitos de crianças com menos de um ano de idade no município de Ponta Grossa, sendo que nesse mesmo período tivemos 5 mil e 41 nascimentos. Se levarmos em conta a taxa da região Sul do País, conforme dados extraídos do Ministério da Saúde do ano de 2020, a taxa é de 9,1. Ponta Grossa está com uma taxa de 14,08, Deputado Michele, uma alta em virtude aí de outras cidades do nosso Estado e também da região Sul do País. Entendemos que algumas coisas podem ter contribuído para esse crescimento dessa taxa de mortalidade infantil lá em Ponta Grossa. Primeiro, a própria questão da pandemia, que não podemos deixar de citar. Infelizmente, os atendimentos se restringiram neste momento de pandemia, mas também na atenção primária de saúde em relação à própria qualidade no pré-natal, lá no município de Ponta Grossa, e no acompanhamento às crianças até um ano de idade, isso porque pudemos ver, segundo dados, que a estratificação da gestação de alto risco, muitas vezes, estava errada. Muitas pacientes, muitas gestantes, parturientes que chegavam até a maternidade chegavam como risco habitual, risco intermediário, mas, na verdade, tinham comorbidades e deveriam estar estratificadas como alto risco. Também o Centro da Mulher, em Ponta Grossa, acabou ficando com seus médicos afastados durante o período da pandemia devido à idade deles. Portanto, o alto risco em Ponta Grossa, neste momento de pandemia, ficou extremamente prejudicado, porque os nossos obstetras de fato não estavam atendendo às gestantes de alto risco. Também a falta de exames e consultas oferecidas pelo SUS. O *Mãe Paranaense* prevê sete consultas durante o pré-natal e 17 exames. E aí um dos exames mais importantes, que é o ultrassom obstétrico, um exame que é muito simples, mas muito importante, deixou de ser oferecido em Ponta Grossa. No ano de 2020, mais de mil mulheres aguardavam na fila para realizar o exame de ultrassom obstétrico. Em outubro do ano passado, 2021, a Prefeitura, por exemplo, não renovou o convênio com as clínicas credenciadas para realizar o ultrassom e ficamos por um período de dois meses sem fazer



sequer um exame, e somente em dezembro um convênio com o consórcio de saúde estabeleceu aí, conveniou 350 exames, mas tínhamos na fila 700 gestantes. Então, a metade não realizou o ultrassom obstétrico. Também achamos que tudo isso tem contribuído com o fechamento do pronto-atendimento infantil lá no Humai, o antigo Hospital da Criança. Nossas crianças têm levado horas para serem atendidas lá em Ponta Grossa na UPA Santa Paula. Muitas ficam sete, oito, nove horas aguardando atendimento, algumas até saem de lá sem atendimento. Então, tudo isso... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputada Cristina, um minuto para... Opa, Mabel. A Cristina é a próxima. Desculpa.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Imagine.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para concluir.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Então, estamos hoje encaminhando um Requerimento à Sesa pedindo providências, ações nesse sentido, para entendermos o que de fato está acontecendo em Ponta Grossa e baixar esse número da mortalidade infantil no nosso município. E também queremos entender como está o resto do Estado do Paraná, se esses números também se refletem em todo Estado. Por fim, Presidente, sei que tenho só 30 segundos, mas não posso deixar de mencionar aqui, hoje, porque quando temos talentos do nosso Estado, da nossa cidade, sempre temos que enaltecê-los. Ontem, a jovem Giovanna Barbiero, uma menina de 13 anos, participou do programa *The Voice*, da TV Globo, e foi escolhida ali para... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pode concluir, Deputada.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Só para concluir, Presidente. E ela foi escolhida então, as cadeiras viraram para essa jovem pontagrossense, a



Giovanna, uma menina que é muito querida, muita talentosa, já esteve em outros programas de TV aí no nosso País, mas, enfim, ontem, participando do *The Voice*, será a representante da cidade de Ponta Grossa e também uma das representantes do Estado do Paraná. Então, as nossas homenagens e a nossa torcida pela querida Giovanna. Obrigada, Presidente!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Antes da fala da Deputada Cristina, Deputado Romanelli, por favor, há um Expediente aqui a ser lido. Peço que faça a leitura.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Perfeitamente, Sr. Presidente. Senhoras Deputadas, Sr.^s Deputados, o Presidente desta Casa aqui, **Ofício n.º 167/2022**, comunica enfim a V.Ex.^{as} que, após as tratativas havidas com o Secretário de Estado da Fazenda do Paraná, Dr. Renê de Oliveira Garcia Junior, ficou estabelecido que a apresentação formal dos dados relativos ao cumprimento das metas fiscais do primeiro quadrimestre de 2022 será realizada em Audiência Pública, no Plenário desta Casa de Leis, no próximo dia 30 de maio do corrente ano, às 14h30.

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofício n.º 1335/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Sanepar ao Requerimento n.º 258/2022, do Deputado Paulo Litro; **Ofício n.º 1334/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Saúde ao Requerimento n.º 675/2022, do Deputado Goura; **Ofício n.º 1332/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte ao Requerimento n.º 7282/2021, do Deputado Professor Lemos; **Ofício n.º 1349/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública ao Requerimento n.º 7250/2021, do Deputado Coronel Lee; **Ofício n.º 1351/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública ao Requerimento n.º 1030/2022, do Deputado



Coronel Lee; **Ofício n.º 1352/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta Sanepar ao Requerimento n.º 151/2022, da Deputada Mabel Canto; **Ofício n.º 1353/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Fazenda ao Requerimento n.º 6411/2021, do Deputado Subtenente Everton; **Ofício n.º 1358/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística ao Requerimento n.º 58/2022, do Deputado Professor Lemos; **Ofício n.º 1355/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Copel ao Requerimento n.º 952/2022, do Deputado Goura; **Ofício n.º 1354/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública ao Requerimento n.º 1023/2022, do Deputado Coronel Lee; **Ofício n.º 1357/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública ao Requerimento n.º 7489/2021, do Deputado Homero Marchese; **Ofício n.º 1356/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública ao Requerimento n.º 6253/2021, do Deputado Douglas Fabrício; **Ofício n.º 736/2022** da Caixa Econômica Federal, encaminhando informações referentes ao crédito de recursos financeiros firmado com o Estado do Paraná no âmbito do Programa Urbanização de Assentamentos Precários/Parque Guarituba; **Ofício n.º 9805/2022** do Banco Central do Brasil, encaminhando informações referentes à prorrogação de vigência do Convênio n.º 22/2017 com o Batalhão de Operações Especiais – BOPE; **Ofício n.º 11/2022** do Tribunal de Contas do Paraná, encaminhando informações referentes ao relatório de atividades do 1.º trimestre de 2022; **Ofício n.º 535/2022** do Ministério Público do Estado do Paraná, encaminhando resposta ao Requerimento n.º 835/2022, do Deputado Homero Marchese; **Ofício n.º 1405/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística ao Requerimento n.º 668/2022, do Deputado Goura; **Ofício n.º 1406/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística ao Requerimento n.º 1024/2022, do Deputado Arilson Chiorato; **Ofício n.º 1413/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de



Estado da Educação e do Esporte ao Requerimento n.º 6443/2021, do Deputado Professor Lemos; **Ofício n.º 1414/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública ao Requerimento n.º 1100/2022, do Deputado Coronel Lee; **Ofício n.º 1409/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística ao Requerimento n.º 3731/2020, do Deputado Tercílio Turini; **Ofício n.º 1412/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta do Instituto Água e Terra ao Requerimento n.º 522/2022, do Deputado Goura; **Ofício n.º 1416/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública ao Requerimento n.º 289/2022, do Deputado Coronel Lee. Era isso, Sr. Presidente, para concluir a leitura do Expediente desta Sessão de segunda-feira, dia 16 de maio.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Bom, então a próxima oradora a falar é a Deputada Cristina. Antes, anunciamos os 70 anos bem vividos do Deputado Elio Rusch, que comemora no dia de hoje. Setenta aninhos! (Aplausos.)

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): *Pela ordem*, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem*, Deputada Luciana.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): É com pesar que quero registrar aqui o falecimento da Ex-Primeira-Dama de Francisco Beltrão, dona Angelina Lopes, que faleceu na manhã de hoje. Angelina Lopes foi esposa do Ex-Prefeito Guiomar Lopes e esteve presidindo a APMI no período de 83 e 88 e também depois no período de 1997 a 2000. Fica aqui a nossa solidariedade a todos os familiares e amigos da Dona Angelina.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Grande mulher e esposa do Ex-Prefeito, falecido Guiomar Lopes, de Francisco Beltrão, que fez



história na nossa querida cidade. As nossas condolências aqui, em nome do Poder Legislativo, à família. Deputada Cristina.

DEPUTADA CRISTINA SILVESTRI (PSDB): Boa tarde, Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Sr.^s Deputados. Primeiramente quero cumprimentar o Deputado Elio Rusch, hoje, por seu aniversário. Parabéns e saúde, Deputado! Muito bem, hoje venho aqui a esta tribuna para falar uma situação que não é novidade para nenhum dos Deputados, a questão do IML no Paraná. Por inúmeras vezes fui até a Secretaria da Segurança, ao IML para falar sobre esta situação e sempre com a promessa de que iriam resolver, que iriam construir outro IML. Assim o tempo foi passando! E fico impressionada com o descaso do Governo do Estado em relação à segurança pública do nosso Estado, com a política para as mulheres e o desmonte e o desrespeito aos funcionários do IML. Enviei hoje um requerimento ao novo Secretário da Segurança Pública, Dr. Wagner Mesquita, solicitando informações sobre a situação precária do IML de Guarapuava. Essa semana fizemos uma visita técnica ao IML, a pedido da Procuradoria da Mulher da Câmara Municipal e da Secretaria da Mulher de Guarapuava e nessa visita técnica ao IML constatamos inúmeras irregularidades. Primeiro, a situação degradante nas instalações. Existe apenas uma sala, Sr.^{as} Deputadas Mabel, Maria Victória e Luciana, uma sala para que todos os exames sejam feitos, independentemente se é homem, se é mulher ou se é criança, dividido por um biombo pequeno, sem a menor privacidade. Menor privacidade! Não existe um local para fazer um exame em uma criança ou em um adolescente vítima de violência sexual. O segundo item é a falta de pessoal. Isso também não é novidade! A informação que obtivemos é que não existe no quadro dos servidores nenhuma enfermeira, Michele, nenhuma enfermeira para atender a uma vítima de violência sexual. Ela tem que ser atendida por homem, por enfermeiro, seja criança, seja adolescente. Terceira irregularidade que constatamos: escassez de material de proteção. Michele, você que conhece bem este assunto, sabe quantos aventais tem no IML de Guarapuava? Seis, rasgados, furados. E o IML de Guarapuava atende a 19



municípios. Quer dizer, para fazer um exame pericial precisa de duas pessoas, fazer o exame do corpo de uma pessoa ou qualquer outro tipo de exame; são dois funcionários para fazer uma autópsia. Quer dizer, quando chegar a quarta pessoa lá, para três eles têm guarda-pó, aquele aeventalzinho furado, assim, transparente e quando chegar o quarto – são 19 municípios –, não tem mais! Ele vai pegar aquele aevental todo ensanguentado e vai fazer o exame em uma criança ou em uma jovem vítima de qualquer tipo de violência, sexual ou doméstica. É essa a situação do nosso IML de Guarapuava, é esse o descaso que estamos enfrentando lá. E quando a pessoa responsável foi pedir que ele precisava de mais materiais, a resposta foi que eles não sabiam que o IML tinha que fornecer esse material, desconheciam... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputada Cristina, por favor, para concluir.

DEPUTADA CRISTINA SILVESTRI (PSDB): Estou concluindo, Presidente. E o quarto e mais grave de todos, armazenamento incorreto das provas periciais. Vocês acreditam que as provas periciais são conservadas em uma geladeirinha dessas pequeninhas e que os próprios funcionários colocaram um cadeado por fora? Quer dizer, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados, se quiser roubar uma prova, você leva com geladeira e tudo! Não existe a menor condição de continuar deste jeito! E Guarapuava, Sr. Presidente, só perde em número de requisições para Curitiba, Londrina e Ponta Grossa... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputada Cristina, pois não.

DEPUTADA CRISTINA SILVESTRI (PSDB): ... no nosso Estado. Pedimos providências urgentes do Estado do Paraná, da Secretaria da Segurança, aos profissionais e aos cidadãos que necessitam tanto desse atendimento. Obrigada.



SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Ricardo Arruda.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Senhor Presidente, demais colegas, Deputadas, Deputados, aos que nos acompanham pela *TV Assembleia* e demais mídias. Tinha dois assuntos a tratar, mas o tempo será curto. Vou tratar de um assunto importante, mais uma vez em pauta, do Ministro Alexandre de Moraes. Mais uma vez, ele jogando contra o povo e contra o Brasil, mas creio que ele está indo longe demais. Ele diz o seguinte, o Ministro Alexandre de Moraes criticou as milícias digitais, que produzem *fake news* e fazem ataques ao Judiciário nas redes sociais e afirmou: “A internet deu voz aos imbecis.” Pelo que entendo, uso muito a internet e milhões de brasileiros usam muito a internet e não nos julgamos imbecis. O senhor está julgando de imbecis milhões de brasileiros. Então, sugiro aos milhões de brasileiros, como o farei, vamos processar esse Ministro Alexandre de Moraes, por injúria, por difamação. Quem é ele para julgar milhões de brasileiros? Esse mesmo cidadão mandou prender um Deputado Federal, porque ele falou mal dele e do Supremo. Falou-se demais ou de menos pouco importa. Quando ele mandou prender o Deputado, ele descumpriu o art. 53 da Constituição Federal, à qual ele é pago para ser guardião da Constituição Federal e ele mesmo rasgou a Constituição. Aí, Ministro Alexandre de Moraes, o senhor que se acha Deus, é bom que receba agora milhões de processos e o senhor terá que responder um a um, porque ninguém é imbecil não, ao contrário, imbecil é quem diz isso, porque não é possível que a população brasileira hoje esteja sofrendo um ataque à democracia, nas mãos de um Ministro que tem atitudes antidemocráticas, diariamente, em seu trabalho. Posso ler, aqui, se tiver tempo, um trecho de um jurista, um advogado, que já tem oito livros, mas não vou dizer o seu nome agora. Vamos lá, no que ele diz, aqui, que concordo plenamente o que está acontecendo em nosso País. “A insegurança jurídica que o Tribunal, que o Sr. Ministro compõe e suas decisões, indicam, em minha opinião, na opinião desse advogado, minha e de milhões de brasileiros,



contrariam a toda evidência do estado democrático de direito. As liberdades individuais estão sendo aniquiladas sem que haja a quem recorrer. Evidentemente, não são carta branca para injúria e difamação ou a calúnia, mesmo assim limites que são ultrapassados não permitem de forma alguma, sob qualquer pretexto, inclusive de acordo com as suas obras de direito constitucional, que são muito boas.” Obras essas escritas pelo Alexandre de Moraes, que ele não está seguindo a própria obra que escreve. A perseguição implacável, a um espectro ideológico, que tem, sim, o direito constitucional de manifestar a sua opinião, o seu descontentamento com a falta de transparência do processo eleitoral, mesmo com opiniões e descontentamentos infundados. É o caso do Deputado, não é novidade que o Parlamentar, que o seu voto condenou, o Presidente deu graça, extrapolou, mas vamos a sua obra, *Direito Constitucional*, página 437, diz o Alexandre de Moraes no livro dele: “A Constituição Federal prevê serem os Deputados e os Senadores invioláveis, cível e penalmente por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos, art. 53, no que a doutrina denomina imunidade material ou inviabilidade parlamentar. A imunidade material implica subtração da responsabilidade penal, civil, disciplinar ou política do Parlamentar por suas opiniões, palavras e votos. Explica Nelson Hungria, que nas opiniões, palavras ou votos jamais...” (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Ricardo Arruda, por favor, para concluir, um minuto.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Para concluir. “Jamais poderá identificar por parte do Parlamentar qualquer dos chamados crimes de opinião ou crimes de palavras.” Então, mais uma vez, o Ministro Alexandre de Moraes extrapola o poder que ele acha que tem e consegue em uma, em uma entrevista, ofender milhões de brasileiros no Brasil e no mundo inteiro. Está na hora de o nosso Senado, do Rodrigo Pacheco, tomar uma atitude. Duvido muito que tome, porque ele trabalha não para o povo, mas para interesses



próprios deles. Atitude covarde e lamentável de um Senador, de um Presidente, de uma Casa tão importante como o Senado da República. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Esta Presidência registra a presença na Casa da visita dos acadêmicos do Curso de Direito da Universidade Unopar, de Ponta Grossa, Projeto Rolê Cívico Paranaense, acompanhados pela servidora do Tribunal de Justiça do Paraná, Letícia Séllos, pelas Professoras Maria Raquel, Camila Escorsin e Christie Sikorski e pelo Professor Eddy Clebber Dalssoto. Sejam bem-vindos à nossa Casa. Próximo orador, Deputado Tadeu... Vossa Excelência não pode falar no horário da Liderança? O Deputado Michele acabou de se inscrever aqui, então não estava na minha lista. Deputado Michele, no Pequeno Expediente.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Desculpe, Tadeu, inscrevi-me no Pequeno Expediente.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Sem problemas.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Boa tarde! Boa tarde, Presidente Traiano, Deputadas, Deputados e todos que nos acompanham. Fui informado na sexta-feira, Deputado Romanelli, sobre uma situação que está envolvendo professores e funcionários que foram estadualizados, quando da criação da Universidade Estadual do Norte do Paraná. Houve todo um termo de ajustamento de conduta à época. Esse prazo está vencendo, não se tem uma solução definitiva com relação a isso. Podemos perder profissionais, professores e funcionários, que foram e são estratégicos no desenvolvimento daquela importante Universidade Estadual, que eu, inclusive, como Secretário de Estado, a pedido de lideranças da região, políticas, religiosas, da sociedade civil organizada, ajudamos a estruturar cursos que estão se mostrando extremamente importantes para o desenvolvimento do nosso Norte Pioneiro.



Por outro lado, é importante que encontremos uma solução que não retire pessoas, que foram e que contribuíram com seus currículos, com sua formação, para o desenvolvimento de praticamente todos os cursos que lá estão. Não é um número pequeno, não é pequeno quando se trata de todos os envolvidos, de pessoas que dedicaram a sua vida à questão do ensino. Então, peço, tenho certeza de que outros Deputados estão cuidando disso, essa demanda também me veio organizada. Vou fazer também a minha parte, porque acredito muito, conheço alguns desses professores. Acho que é importante fazermos esse registro. Só queria encerrar essa fala de hoje, reforçando a colocação da Deputada Mabel Canto. Precisamos olhar com muito carinho, restabelecer fluxos, retaguardas, cuidar da maternidade de alto risco e de médio risco, da forma como essa situação merece. Tenho recebido, até pelo meu histórico na Secretaria de Estado da Saúde, com *Mãe Paranaense*, em Curitiba, com a equipe que implantou há mais de 20 anos o *Mãe Curitiba*, e estamos vendo problemas que já tínhamos superado e não dá para jogar tudo isso na conta da Covid. Não dá. A Covid, obviamente, impactou, como impactou em todos os indicadores, mas é importante vermos o que está acontecendo. O número de gestantes esperando muitas horas, e estou recebendo notícias de vários locais, problemas de intervenções com neonatos e com leitos de UTIs, tanto neonatal quanto para gestante de risco, também temos recebido várias informações. Então, espero, e tenho certeza de que se a Deputada Mabel for traduzir todo esse questionamento na forma de um requerimento, endosso e digo que a senhora está absolutamente correta, só que o problema não se restringe só aos Campos Gerais, o que já é grave, porque estamos falando de gestante, estamos falando de crianças, e precisamos que essa rede de urgência e emergência volte a ser reestabelecida com a prioridade que ela merece e tem. Bom trabalho a todos. Obrigada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pela Liderança do PROS, Deputado Soldado Fruet.



HORÁRIO DAS LIDERANÇAS: Usaram da palavra os Sr.^s Deputados: Soldado Fruet (PROS); Requião Filho (PT); Reichembach (UNIÃO); Delegado Jacovós (PL); Arilson Chiorato (Oposição); e Marcel Micheletto (Governo).

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas, amigos que nos acompanham pelas redes sociais, pela TV *Assembleia*, aos estudantes, boa tarde a todos. Uma ótima semana para nós. Senhor Presidente, de quem é a Copel? Há três anos me faço essa pergunta. Na propaganda do Governador Ratinho Junior, a Copel é do povo paranaense, mas sabemos que a propaganda desse Governo nada mais é do que mentiras, um Governo que vive de mentiras. A verdade, a verdade tem que ser dita. E as ações da Copel, pelo menos dos seus diretores e conselheiros, vêm mostrando de quem é a Copel. A Copel é dos megainvestidores, dos acionistas, porque sempre preso pelo seguinte, Sr. Presidente, o que define não é o que falamos, mas, sim, o que fazemos, e por meio das ações da Copel ela tem demonstrado isso, tem demonstrado que a diretoria dessa empresa trabalha para cada vez mais os seus acionistas, seus investidores garantirem mais lucro. Prova disso, Sr. Presidente, é que a empresa assinou aí na última semana, inclusive foi comemorado pelos seus diretores, uma carta compromisso com a adoção e implementação das métricas, do capitalismo de *stakeholder*, um nome bem esquisito, justificando que isso possibilita ações de *benchmarking*. São nomes bonitos, mas, no final das contas, tem um único objetivo, *passar a mão na cara* do povo paranaense. Vou explicar por que. O que isso significa para nós, pobres mortais, que pagamos em nossas contas de luz o preço das decisões tomadas por esses diretores, conselheiros da Copel, que são nomeados pelo Governador Ratinho Junior? Pois bem, esse tal de *benchmarking* é um processo que tem, entre as suas características, a redução de custos e o aumento na produtividade e a ampliação da margem do lucro. Mas que raio de aumento na margem do lucro na Copel? A Copel está trabalhando com 30% de lucro sobre o faturamento e deve ser a única empresa no Brasil que tem um lucro nesse percentual. Mas para garantir esse lucro absurdo, a Copel esfola,



esfola os paranaenses, cobrando as tarifas cada vez mais altas dos contribuintes. No último mês, tivemos uma vitória, considero uma vitória aí do povo paranaense, contra esses diretores da Copel, pessoas que só trabalham para si mesmas e para os acionistas, os megas. Denunciamos nesta Casa o bônus milionário pago a eles e fizemos uma pressão tão forte que o Governador Ratinho Junior recuou e deixará de pagar aí no próximo ano esse bônus, desempenho, que nada mais é do que uma gratificação aos diretores por obterem tanto lucro para os acionistas. Na prática, esse bônus é um ataque à nossa moralidade, à decência, um *tapa na cara* do povo, porque o lucro só é obtido à custa do contribuinte, de cada conta do paranaense. A Copel anunciou o seu lucro apenas agora em 2022, apenas em três meses, três meses, anunciou um lucro surpreendente de R\$ 669 milhões, 669 milhões de lucro em apenas três meses. Confesso que se eu fosse o pessoal da mídia do Governo, da Copel, teria vergonha de anunciar isso aí. Vergonha. Um momento deste tão difícil para todos os trabalhadores, para a população no geral, e a Copel se vangloria desse lucro, que foi tirado dos contribuintes. Tenho defendido nesta Casa que a Copel deve, sim, voltar a sua função social, que se perdeu no caminho. Aliás, a própria lei das sociedades anônimas e a legislação que rege o mercado de ações no Brasil preveem que, nos casos de empresas de economia mista, como é o caso da Copel, a função social da empresa seja considerada em detrimento aos interesses dos acionistas, ou seja, o lucro é secundário. Claro, isso não vai acontecer, a empresa deve, sim, voltar sua atenção e levar os seus serviços com qualidade e um preço justo aos cidadãos, e não como vem acontecendo, priorizar o pagamento de dividendo a esses mega-acionistas. Sempre afirmei aqui nesta Casa e nos meus discursos aonde vou, sempre afirmei que se a Copel repassasse apenas o mínimo legal aos acionistas, o que a lei manda, ou seja, 25% do lucro anual, as contas já baixariam em média 20%, e se houvesse um Governador, se tivéssemos um Governador realmente comprometido com a população, ele teria o brio, a vergonha na cara, o bom senso de reduzir o ICMS de energia, considerando



ela, a Copel, como serviço essencial, ou seja, diminuindo essa alíquota de 29 para 18%. Assim, no final das contas, uma fatura de luz aí cairia aproximadamente 40%. Então, você meu amigo – foca em mim aqui a câmara, quero falar com o contribuinte agora –, então você meu amigo que está assistindo agora pela *TV Assembleia*, você aí que levanta de manhã, pega o ônibus lotado, fedendo pião para cima e para baixo, se lasca, e no final do mês terá que pagar, você vai pagar uma conta de R\$ 150,00, se tivéssemos um Governo que realmente pensa em você, você pagaria somente R\$ 90,00. E tenho certeza de que isso ajudaria todo mundo. Vejo vocês como uma ação impensada, quero pensar que é impensada do Governo, custa caro ao povo paranaense. Não estou aqui para defender um ou outro Ex-Governador, ou pré-candidato ao Governo, mas vou citar que até o Governo do Jaime Lerner, o Estado era dono da Copel e da Sanepar. O Governador tomava as decisões olhando para o povo e não para os acionistas como é hoje. Após a venda de parte das ações dessas empresas, o Governo passou a olhar ao contrário, aos acionistas e cobrar a fatura cada vez mais cara. Por isso que sempre falo que o Governador Ratinho Junior é o Robin Hood ao contrário, ele tira dos pobres para dar para os ricos. Líder do Governo desta Casa, Deputado Micheletto, o qual tenho tanto respeito, quase em todos os seus discursos, nobre Deputado, o senhor cita que não devemos voltar ao passado. Com todo o respeito, digo que podemos e devemos, sim, voltar ao passado, mas não falo em pessoas e, sim, na forma como se administrava a Copel. Precisamos voltar ao passado onde as tarifas eram justas e não pesavam no orçamento das famílias. Há 20 anos, a fatura média da Copel representava cerca de 7 a 8% no orçamento, hoje é de 20 a 25% em cima do orçamento da família, do salário mínimo. O que sempre pedi ao Governo, não é nada absurdo e explico por que. Setenta e cinco por cento do lucro pode ser utilizado para reduzir as faturas no ano seguinte. E a redução do ICMS já foi decidida pelo Supremo Tribunal Federal e uma ação movida lá no Estado de Santa Catarina e deverá entrar em vigor naquele Estado em 2024. Já nos comprometemos a impetrar, sim, uma ação



em nome do povo paranaense para que essa decisão também se aplique aqui no Paraná. Ora, não existe óbice algum para um Governador determinar a redução das contas de luz. Ele detém o poder sob a maioria do conselho, da administração, da empresa e é o Governador que indica todos os diretores da Copel. Se os conselheiros, diretores não quiserem cumprir a ordem dele, manda embora. É cargo comissionado. Troca. Agora, cabe ao Governador tomar essa decisão. Cabe ao Governador decidir se ele está do lado do povo ou aí desses bilionários acionistas. Não cabe aí uma desculpa de que a Copel tem ações na Bolsa, que é uma empresa mista, pois, como citei, a própria lei garante o poder do Estado nessas empresas. Hoje, após esse novo anúncio de lucro milionário da Copel, nos primeiros três meses de 2022, reitero o meu pedido ao Governador. Ratinho Junior, prove que está do lado do povo e determine esse uso desse lucro da Copel em favor da redução das tarifas. Implante, desde já, o que... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Soldado Fruet, para concluir.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): ... e peço, por gentileza, que implante desde já o que o STF decidiu. Reduza o ICMS de energia elétrica no Paraná, que é o maior índice. Quase 1/3 das contas de luz é ICMS, é imposto estadual. Agora é hora, Sr. Ratinho Junior, Governador do Estado do Paraná. Ou você age ou o povo vai agir. E a única forma que o povo tem de agir com políticos demagógicos, como você, entende, é nas urnas. Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Esta Presidência registra a presença na Casa do nosso amigo Prefeito interino de Ampére, Celso Saggiorato; do Presidente da Câmara, Sr. Lírio Barbieri; do Secretário de Esportes, Sr. Marcelo Juca, por solicitação do Deputado Paulo Litro, a quem também nos associamos. Da Prefeita de Mandaguari, Sr.^a Ivoneia Furtado; do



Secretário de Cultura e Esportes, Sr. Gilmar Tavares, por solicitação dos Deputados Tercílio Turini e Evandro Araújo. Sejam também bem-vindos. Próximo orador, Deputado Nelson Luersen. O Deputado Nelson Luersen não está Plenário. Deputado Delegado Jacovós. Vamos em frente. Deputado Requião.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Senhor Presidente, caros Deputados e colegas. Subo à tribuna hoje para questionar aos Deputados da Base uma propaganda que foi veiculada ontem, acho que no horário nobre da Rede Globo, na hora do Fantástico. O Governo Ratinho Junior coloca que construiu três novos hospitais. E conversava com o meu colega Deputado Caputo, quais seriam esses hospitais? Porque Guarapuava estava com mais de 90% concluído, Deputada Cristina Silvestri, no Governo passado, quando o Caputo ainda era Secretário da Saúde do Beto Richa. E ele foi aberto durante a pandemia e está fechado por causa ou devido a um problema do atual Governo que, em uma confusão, tirou de lá o Erasto Gaertner, o Erastinho e se complicou tentando para o Funeas. Outro hospital, também do Governo passado, foi o de Ivaiporã, que já tinha suas obras iniciadas, licitadas e pagas com dinheiro reservado. Estábamos quebrando a cabeça para tentar descobrir qual era o terceiro hospital dos quais eles queriam se apropriar, e não conseguimos. Tem uma Santa Casa, mas a Santa Casa não é do Estado. Tem a ampliação do Hospital Universitário, também feito no Governo passado. Então, fico aqui preocupado, porque estamos em um momento, com o TSE, combatendo as *fake news*, Deputado Batista. E vejo a propaganda do Governo lançando lá algo que mais me parece *fake news* do que a realidade. Uma pedalada midiática. Uma *pedalada de marketing*, porque eles não construíram três novos hospitais, mas a propaganda do Governo tudo aceita. Até mesmo *cortesia com o chapéu alheio*. Até obras do pedágio, o atual Governo coloca na sua conta nas propagandas, como se fossem conquistas do Governador. O fim do pedágio, o encerramento de um contrato de 25 anos, que não poderia ser prorrogado por lei estadual e federal. O Governador Ratinho acabou com o



pedágio. Mentira. Ele não conseguiu renovar, por força de lei. Inaugura o Trevo Cataratas. Inaugura viaduto do pedágio, duplicação do pedágio. Diz que participou do acordo de leniência, mas quando cobramos que o acordo foi muito ruim, diz que não tinha nada a ver com isso. Então, são um problema essas *fake news* e iremos desmenti-las uma a uma, conforme forem colocando nas redes, conforme forem colocando na televisão, nas rádios e jornais do Grupo Massa do Paraná. Vamos combater as *fake news* e vamos trabalhar com a realidade. O Deputado Micheletto me disse eles pagaram, sim, os bolsistas e pesquisadores. Deputado Micheletto, tenho dezenas e dezenas de mensagens dizendo que não receberam. Então, há um conflito aí entre a informação que lhe passaram e a realidade dos bolsistas. Peço ao senhor que converse com a Secretaria da Fazenda, para que possamos saber o que é e o que não é verdade. Por experiência, prefiro acreditar em quem tem o seu contracheque a menor do que em discurso do Secretário e do atual Governo. Mas estamos acompanhando e iremos continuar acompanhando e desmentindo qualquer *fake news* que seja vinculada como propaganda oficial. Era isso, Sr. Deputado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Reichembach.

DEPUTADO REICHEMBACH (UNIÃO): Senhor Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Sr.^s Deputados, população do Paraná que acompanha a Sessão desta segunda-feira. Também quero aqui registrar o falecimento da Ex-Primeira-Dama de Francisco Beltrão, Dona Angelina Lopes, já feito pela Deputada Luciana e também pelo Presidente. A Família Lopes que tem uma história marcante em Francisco Beltrão por meio do Sr. Guiomar Lopes, que foi, além de pioneiro, empresário, líder de várias entidades e Prefeito do município. Ficam aqui nossos sentimentos à família e aos amigos. Por outro lado, registrar aqui, com muita alegria também o aniversário do Elio Rusch, que recebeu uma calorosa salva de palmas deste Plenário como manifestação de todo o carinho



que temos pelo Elio, Deputado exemplar, por tantas vezes já nesta Casa de Leis. Presidente Traiano, hoje quero falar aqui sobre a Ferroeste. O braço da Ferroeste para o sudoeste do Paraná. Todos sabemos que a região sudoeste é uma região muito forte na agricultura, com destaque dentro do Estado do Paraná para produção de leite e produção de frangos. Muito estruturada também na educação, especialmente, na área universitária, com destaque para os cursos de Medicina, em Francisco Beltrão e Pato Branco, Deputado Guerrinha, também na área de saúde, que requer bastante essa mobilidade de pessoas. E sabemos, por outro lado, que o grande gargalo para novos impulsos no sudoeste do Paraná estão na infraestrutura, a começar pelas rodovias. Como tem sido sistematicamente debatido na região e também nesta Casa de Leis, esse gargalo e esse atraso muito grande que há nas rodovias do sudoeste do Paraná que estão há algumas décadas aquém das demandas, hoje, impostas pela realidade econômica, enfim, pelas necessidades. Mas temos esperança de que investimentos importantes já estão acontecendo e acontecerão, como esse trecho que tem sido citado pelos Deputados do sudoeste, entre Palmas e Horizonte, tão esperado, Deputado Guerrinha, que está já acontecendo, como as concessões que esperamos que possam vir em outro formato e que realmente beneficiem a região. Precisamos investimentos entre, especialmente, entre algumas cidades, a exemplo de Francisco Beltrão e Dois Vizinhos. Enfim, as rodovias são fundamentais e estão com alguns investimentos acontecendo, mas precisa ser acelerado. Por outro lado, o transporte aéreo nesta proposta do atual Governo que contemplou várias regiões do Estado, o sudoeste também *engatinha* com as suas linhas aéreas em Francisco Beltrão e Pato Branco, e com a expectativa do aeroporto regional que consta do mapa do Governo Federal que em algum momento também possa evoluir com mais agilidade e sair do papel. Mas como falei, no início, o que está em pauta que quero abordar é a Ferroeste. Este modal de transporte tão carente, no Brasil, ficou para trás em relação ao transporte rodoviário principalmente, todos sabemos das suas grandes vantagens provadas em



tantos países do mundo. Aqui no Paraná está presente, mas em pequenos trechos e que agora tem a proposta, Deputado Micheletto, que acredito, porque acredito que o Governo irá tirar do papel projetos importantes, que esta Ferroeste possa receber investimentos expressivos e o caminho apontado é um caminho já experimentado por tantos países do mundo que é na parceria com a iniciativa privada, o ramal que sai de Maracaju, no Mato Grosso, passando por Dourados, entrando em Guaíra, Cascavel, com braço que liga com Foz do Iguaçu. E a nossa defesa, Líder do Governo, é que também o sudoeste esteja contemplado e que tenha um braço ligando o sudoeste com Chapecó. Isso dá peso econômico. O Oeste de Santa Catarina ficaria integrado e isso dá toda argumentação para que isso possa ser realidade. E o momento é oportuno que se traga esse assunto porque, hoje, exatamente nesta segunda-feira, iniciam-se as Audiências Públicas para que sejam debatidos, com a população tanto presencial quanto também virtual, os impactos ambientais para esse projeto em um convênio entre o Governo de Mato Grosso do Sul e também o Governo do Paraná. E o sudoeste, com a grande representação política, com a grande organização que tem na região em termos de entidade, fica aqui o desafio colocado aos Deputados para que possamos nos unir nessa discussão. Fica o desafio colocado aqui para as lideranças políticas da região, temos aqui o Prefeito de Ampére, Prefeito de Bela Vista Caroba, presentes, e demais prefeitos que possam ter interesse nesse projeto para que discutamos isso e possamos incluir também, nesse projeto de novos investimentos, investimentos expressivos em termos de ferrovias para o Paraná, porque o sudoeste, realmente, para fortalecer a integração com o Oeste de Santa Catarina e também com o Oeste do Paraná, mas, acima de tudo, fortalecer ainda mais a nossa economia e a nossa região, seja colocado efetivamente em pauta e que possa constar do mapa como um futuro e breve investimento. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): O Deputado Jacovós solicita o seu horário e vou lhe conceder.



DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PL): Senhor Presidente, Deputados e Deputadas desta Casa. Estou aqui hoje, na tribuna, para falar do sucesso da Feira Exposição de Maringá, a Expoingá. Uma exposição muito esperada, ficamos dois anos sem sua realização em razão da pandemia, mas foi um sucesso de público também na realização de negócios, uma das mais importantes feiras agropecuárias do agronegócio paranaense. Tivemos recordes de visita, de público e também de negócios. Quero aqui parabenizar a Presidente da Sociedade Rural de Maringá, a Maria Iraclésia, e toda a sua diretoria, por cuidar muito bem ali da administração da feira. O Deputado Marcel Micheletto, que é um defensor do agronegócio brasileiro, entende muito bem da área, aprendeu com seu querido pai, sabe da importância dessas feiras agropecuárias e do que pode ser realizado por meio do agronegócio brasileiro. Importante aí, responde por 30% do PIB brasileiro. Devemos respeitar e muito o agronegócio. Outro ponto alto da festa foi a visita do Presidente Bolsonaro na quarta-feira, na cidade de Maringá, e aqui quero cumprimentar o Deputado Ricardo Arruda, do PL, que também estava lá para recepcionar o Presidente; os Deputados Adriano José, Maria Victória, Homero Marchese, Guto Silva, e acho que eram esses, e esse que vos fala. E, principalmente, parabenizar o Deputado Ricardo Barros, que é o Líder do Governo na Câmara Federal, foi quem levou o convite ao Presidente e, com o seu gabinete, organizou praticamente a visita ali em Maringá no credenciamento das pessoas, da imprensa, em conjunto com a sociedade rural de Maringá. Mas foi, sim, muito bem organizado. Desde a chegada ao aeroporto, o Presidente liderou ali mais de 8 mil entusiastas e motocicletas que o seguiam. E ficamos, Ricardo Arruda, ficamos assim obnubilados – vamos dizer – quando os *esquerdopatas* e comunistas não têm o que criticar e aí eles falaram assim: *Não, quarta-feira duas horas da tarde, horário de expediente e o Bolsonaro está convocando o povo para sair do trabalho e segui-lo.* É uma vergonha, não é, Arruda? O Presidente Bolsonaro não convoca *motociatas*, o povo que quer ir atrás do Presidente, que quer segui-lo. E quem coloca, digamos, combustível nas



motocicletas é o povo, que quer seguir o Presidente. Não é pago marmita, nem mortadela para ninguém ir às *motociatas* do Presidente Bolsonaro, como no passado o senhor sabe que era feito. O Presidente, então, foi em direção à feira agropecuária, 8 mil motocicletas o seguindo, nenhum incidente, o Presidente parou no trajeto para cumprimentar as pessoas, para abraçar as pessoas. Tudo de forma muito tranquila. E chegando ao Parque Exposição, o Presidente demorou mais 40 minutos até chegar no local onde as pessoas o esperavam, porque também foi cumprimentando e abraçando as pessoas. Eu estava próximo de uma senhora, Ricardo Arruda, que quando o Presidente tocou nela, ela de emoção acabou passando mal. Obviamente que ela foi amparada. Então, as pessoas ficam emocionadas ao cumprimentar o Presidente Bolsonaro. Agora, fiquei impressionado, buscaram criticar o Presidente porque ele não usava viseira no capacete. Acredita em uma coisa dessas? E aí tínhamos lá em torno de 100 mil pessoas, em Maringá, na visita do Presidente Bolsonaro. O Presidente Bolsonaro cumprimentou todos e depois que terminou o seu discurso, sem atacar Governos anteriores, porque tem atuais candidatos à Presidência da República, que eles não têm projetos, não têm o que falar e aí eles vão e atacam o Presidente. O Presidente, em um discurso muito sereno, muito tranquilo, disse o seguinte. Obviamente, aquilo que nós conservadores pregamos, Deputado Arruda, que é respeito à família, contra a ideologia de gênero, contra desarmamento de pessoas do bem. Porque em Governos anteriores, também, neste País, a ideologia era qual? Vamos desarmar o cidadão de bem e libera tudo para bandido! Bandido vai ali ao Paraguai, vem com metralhadora, escopeta, até bazуca. Agora, o cidadão de bem não pode ter armas. E esses índices hoje que temos aí de redução dos homicídios no Brasil, redução de até 20% de homicídios no Brasil, deve-se a quê? É que, hoje, o bandido tem receio de ir roubar um comerciante, um cidadão de bem, porque ele pode levar *bala*, porque hoje existe, sim, melhor acomodação ou, digamos assim, menos burocracia para o cidadão participar de um clube de tiro, ter o seu certificado de atirador, mas já tem candidato aí



ex-presidiário dizendo que se for eleito vai tomar todas as armas dos brasileiros, de todo mundo, ficar todo mundo desarmado. Quero saber como é que ele vai fazer para tomar as armas dos bandidos, não é, porque agora também não pode subir em morro do Rio de Janeiro, não pode um monte de coisa. Então, assim, não sei como é que vai fazer para tirar as armas dos bandidos, mas, enfim. E o que achei interessante no discurso do Presidente, Arruda, é que ele falou assim: “Olha, os assentados, essas pessoas que estão assentadas, devemos não discriminá-los.” E o que o Governo Bolsonaro tem feito? Ele tem entregado os títulos a essas pessoas. São mais de 8 mil títulos já entregues, Arruda. Esses dias fui à cidade de Cafeara e lá tinha uma reunião. E lá, no meu discurso, peguei um pouco pesado de roubos e falcaturas de Governos anteriores, de desvios de bilhões para o exterior, e aí, terminado o meu discurso, tínhamos três assentados lá em Cafeara e nem sabia que eram assentados e, no final do discurso, eles vieram falar comigo. Falei: *Bom, agora, eles vão falar: Jacovós, você está criticando o nosso Presidente, o ex-presidiário aí.* Sabe o que eles vieram falar comigo, Arruda? Que eles estão tanto gostando do Governo Bolsonaro, porque o Governo Bolsonaro está entregando os títulos da reforma agrária que outros Governos não entregavam, para deixar o povo escravizado. Esta que é a grande verdade. Então, o Presidente falou lá no discurso dele na Expoingá, você viu, que as pessoas assentadas não devem ser discriminadas pelas pessoas do agronegócio.

Deputado Ricardo Arruda (PL): Dá-me um aparte, Deputado?

DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PL): Pois não, Deputado Arruda.

Deputado Ricardo Arruda (PL): Primeiro, parabenizo a tua fala. Realmente, foi emocionante, como sempre quando Bolsonaro aparece em qualquer região do Brasil é desse jeito, o povo vai aclamar, vai ovacionar, e é assim mesmo. E achei interessante, não é, a mídia pouca divulga isso, as tais das pesquisas que ninguém sabe onde são feitas. Aí fizeram, um grupo do PT fez o *Pedala*



Lula, em São Paulo. Tinha aproximadamente umas 50, 60 pessoas. *Pedala Lula. Motociata* não pode fazer, não é? Então, eles fazem *Pedala Lula*. Interessante. Pedalada, a única que deu e deu certo foi a Dilma, mas recebeu o *impeachment* quando deu pedalada fiscal. Então, esse negócio de pedalada não dá certo com o PT, com certeza.

DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PL): Não. E se... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado, para concluir.

DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PL): Para concluir. E se fizer uma *motociata*, se o Lula liderar uma *motociata* e se colocar no câmbio automático, perigoso ir direto para Polícia Federal, infelizmente. É perigoso se tiver câmbio automático. Vai direto para a Polícia Federal. Está concluído, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Registro a presença na Casa do Prefeito de Bela Vista da Caroba, o Gelson Maffi; do Vice-Prefeito, Sr. Mateus Marins; do Secretário de Educação, Magnus Zaleski, por solicitação da Deputada Luciana Rafagnin. Sejam todos bem-vindos! Pela Liderança do Governo da Oposição, quem sabe no futuro, Deputado Arilson Chiorato.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Em outro Governo, Presidente. Em outro Governo. No próximo Governo. Boa tarde a todos os Deputados e Deputadas aqui presentes! Fico pensando como o Presidente Lula deixa muita gente feliz e muita gente pensativa e muita gente sem sono. Alguns, inclusive, perdem de falar do seu candidato, ou melhor, não tem o que falar do seu candidato e ficam discursando sobre o Presidente Lula. É o Lula no passado, é o Lula no presente, e a certeza de que temos é o Lula no futuro, na Presidência da República. Acho incrível ainda a autopromoção do atual ocupador da cadeira do Palácio do Planalto, em vir ao Estado do Paraná e fugir do assunto que ele mais deu monta ao Estado, com o Governador do Estado, que é o



pedágio. Quem quer colocar mais 15 praças, com as 27 existentes e criar 42 praças, é o Bolsonaro, com o Ratinho, e aqui não vejo ninguém exaltando essa medida. Não vi ninguém falar esta semana, por exemplo, ou semana passada, que mesmo antes de ter sido feito o leilão, o pedágio já subiu no Paraná. O edital entregue por este Governo do Estado, com o Governo Federal, vai sofrer acréscimo mesmo antes de ser leiloado. Também não vi manifestação de nenhum defensor do Governo Federal aqui que, após as obras que forem realizadas, se forem realizadas, terá um adicional de 40% no valor da tarifa, mas não vi ninguém aqui também falar nem um pouquinho sobre a modalidade de leilão que será feita com a tal outorga, ou melhor, com um nome agora diferenciado, um nome mais moderno, mais bonitinho, que tenta ser mais plausível, que é aporte financeiro, quando na verdade tinha que ser uma caução, uma garantia das empresas que fossem participar para que o povo do Paraná não tivesse prejuízo como tivemos anteriormente, mas ninguém do Governo Federal, dos bravos defensores do atual Governo, veio falar do pedágio. Nenhum deles veio falar também, que vai aumentar em 12% a energia elétrica, daqui a duas semanas, como está na *Folha de São Paulo* hoje. Ou que amanhã vai aumentar em 5.94% a tarifa de água. Que memória seletiva é essa? Alguém veio falar que aqui o PIB no Brasil vai crescer 0.4% apenas? Não. Que é o menor crescimento da América Latina? Também não. Sabe por que que não fala? Porque o que é pedido lá em Brasília para falar aqui é uma estratégia de *marketing*, um discurso vencido, ultrapassado. O discurso que elevou o botijão de gás R\$ 120,00. O discurso que deixou a gasolina a *oitavo conto*, a carne a R\$ 40,00. É isso que vale para o povo. Temos que discutir a realidade social, a economia, os milhões de desempregados. Aliás, o maior número de desempregados da história do IBGE. A maior contabilidade feita até hoje. Isso que criaram o raio da carteira verde e amarela e mudou-se a forma de contabilizar. Era para ser mais ainda. Mas ninguém veio aqui defender. Por que, gente? O que está acontecendo? Não é raiz? Não defende o tal do “mito”? Venham aqui falar da vida e da dificuldade. Vamos



falar mais um pouquinho, vamos falar das concessões feitas nesses últimos Governos. Aliás, nestes últimos três anos de Governo. Até mudei o discurso, porque ia falar outra coisa, mas por conta disso fui pesquisar um pouquinho e encontrei essa matéria aqui dia 26/11, da *Agência Estadual de Notícias*. Aqui o Governador do Estado fala que a parceria com o Governo Federal vai garantir a manutenção dos serviços, das praças de pedágio, do guincho, da ambulância, da iluminação, da trafegabilidade e que ninguém vai pagar um centavo mais. Taxa livre é o termo usado aqui. Acho incrível que sobrou das praças de pedágio só a propaganda em cima das praças! O próprio Tribunal de Contas da União, esta semana, notificou a Polícia Rodoviária Federal, o DER e o DNIT, cobrando quais serão as explicações dadas pelo desleixo. Desleixo que já matou mais de três paranaenses que colidiram com as praças. Recebi um áudio e um vídeo sábado, às três horas da madrugada, a pessoa me mandou, do Norte Pioneiro, da praça de Jacarezinho. Escura, sem um sinal de sinalização! A praça de Arapongas e Rolândia, eu fiz o vídeo. Escura, sem sinalização. Vim hoje, cedinho, às 5 da manhã saí de casa de Apucarana para vir para cá. Sinalização precária, mato cobrindo as placas. E aí, a culpa é do DNIT ou do DER? Pouco me importa. O único culpado que não tem aqui é o povo, para pagar por isso! Os Governos Federal e Estadual fizeram propagandas que eram irmãos e agora um joga para o outro o problema e ninguém resolve! Para sair na foto, comer churrasquinho no Palácio, estava todo mundo junto! Agora, não: *O problema é do DNIT. Não, o problema é do DER.* E estão lá as pessoas morrendo. Neste final de semana aconteceram quatro acidentes envolvendo praças de pedágio no Estado do Paraná.

Deputada Cristina Silvestri (PSDB): Um aparte, Deputado.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Pois não, Deputada.

Deputada Cristina Silvestri (PSDB): Quero me unir com o Deputado nesta luta. Fui a Siqueira Campos e pegamos uma estrada que eu não sabia que



existia ainda, de tão ruim. Eram buracos, que caiu o carro com duas rodas dentro do buraco, e tinha três carros parados no acostamento, inclusive o meu, porque achei que tinha estourado os dois pneus de trás. Você desviava de um buraco, dava de cara com um caminhão. Não tem uma sinalização, você não sabia se estava indo reto ou tinha curva, à noite e com chuva. Passamos por praças de pedágio sem uma iluminação. Uma! É muito fácil um caminhão passar reto ali mesmo! Fui para Foz do Iguaçu, Deputado, nenhuma das praças de pedágio vindo de Foz do Iguaçu sentido a Guarapuava, nenhuma tem iluminação. O que custa acender aquelas luzes laterais para dar mais visibilidade para as pessoas que estão transitando nessa estrada? Então, acho que é muita falta de respeito e muita falta de profissionalismo do nosso Governo nesse sentido. Era isso. Obrigada.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Obrigado pelo aparte, Deputada Cristina. É que a Copel no Paraná não tem dinheiro para ligar a energia elétrica nas praças de pedágio, quase não teve lucro há duas semanas ou, melhor, há um mês, anunciado. São 5,1 bilhões de lucro, mas não pode iluminar algumas praças! Sabe por que não pode? Porque falta vontade política, falta pulso! Olha, não duvido da boa vontade do Estado em querer resolver o problema; só que boa vontade não resolve nada, tem que ter ação, tem que ter efetividade, tem que levantar cedo e falar assim: *Vou resolver e vou conversar com as pessoas que possam resolver.* Propaganda, já vimos que não funciona.

Deputado Plauto Miró (UNIÃO): Dá um aparte, Deputado?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Propaganda que funciona apenas é a que está em cima da praça do pedágio, fazendo vítimas. Deputado Plauto.

Deputado Plauto Miró (UNIÃO): Deputado, ouço com atenção as suas colocações e da Deputada Cristina. Só dizer que essa rodovia que ela fala é uma rodovia estadual, parece-me que é a PR-090, que sai lá de Santo Antônio



da Platina e vem até Jaguariaíva. É uma estrada que está com muitos problemas mesmo. Estão recuperando em uma velocidade lenta e ela, que transitou nesse trecho, está trazendo aí aquilo que ela viu. Mas quero, Deputado, trazer aqui uma posição e o que vi nas rodovias. E não é só na federal, na estadual também! Na praça de pedágio de Carambeí e na praça de pedágio aqui de São Luiz de Purunã, colocaram uma propaganda em cima daquela propaganda que o Governo do Estado tinha na praça de pedágio, de pneus, uma marca de um pneu, não sei qual, e me admira, porque essas praças de pedágio, não hora em que acabou a concessão, elas se tornaram um patrimônio do Governo do Estado do Paraná, um patrimônio dos paranaenses. E essa propaganda que ali está, quem está vendendo o espaço para essa empresa de pneus? Não pode! É ilegal. O Governo do Estado não pode vender. Então, é uma curiosidade que quero deixar aqui e vou tentar me informar junto ao Diretor do DER. Não, perdão. Desculpem-me! Junto ao Secretário da Infraestrutura, que é pontagrossense, que foi deixado pelo Sandro Alex lá, que é o Fernando Furiatti. Quem está ganhando com essa publicidade... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado, por favor, para concluir.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Uma boa observação, Deputado Plauto. Agora, vejam como o Governo tem uma estratégia. Deixa a estrada esburacar para depois fazer propaganda do pneu, quando ele estourar, para comprar o pneu. Parece brincadeira, mas essa é a sincronia, esse é o mote deste Governo, propaganda, até para os terceiros, enquanto a realidade é outra. Não dá para ficarmos aguentando mais este desleixo. Precisamos de verdade! Esta Casa aqui foi a principal protagonista, com a população, os 54 Deputados que estão aqui, Deputado Romanelli, estiveram juntos na luta contra a concessão do pedágio que pudesse prejudicar o povo. Se tem alguém que não deixou a situação ficar pior, foi esta Casa. Agora, o Governo mostrou



para o que veio. Propaganda de pneu e meio a buracos e a rodovias em sucateamento. E desrespeito incrível... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado, o seu tempo concluiu. Pela Liderança do Governo, Deputado Marcel Micheletto.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Senhor Presidente, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados, saudar aqui a todos. Antes de qualquer coisa, queria parabenizar, vi aqui o Deputado Jacovós falando da Feira de Maringá, uma feira fantástica, belíssima, como tivemos também em Londrina, uma grande demonstração de força do agronegócio paranaense, recordes de negociações, demonstração de que o agro do Paraná é principalmente de Maringá, muito bem organizado, demonstrando mais uma vez a sua pujança e a sua força. Tivemos também festividades em vários municípios do Estado do Paraná, estive em Palotina, estive em Jesuítas, estivemos em vários municípios, agora novamente voltando o povo paranaense a viver em comunidade, em sociedade, as festas demonstrando mais uma vez a sua importância, as questões culturais, aniversários dos municípios. Acho que isso faz novamente o aquecimento da nossa economia. Quero aqui também fazer um comentário sobre a fala do nosso Deputado Reichembach, que falou muito bem de um tema importantíssimo para o Estado do Paraná, onde o Governador Ratinho Junior colocou isso como algo fundamental no seu plano de Governo, que é a retomada e a construção de uma nova Ferroeste, um modal importantíssimo para a escoação da nossa safra, para o setor produtivo. E hoje começam as Audiências Públicas, iniciando lá por Dourados, uma cidade também que está em movimento, em crescimento, onde o agro também é muito forte, onde muitas das nossas próprias cooperativas que são genuinamente paranaenses estão no MS, no Mato Grosso do Sul. O projeto está sendo muito bem conduzido tecnicamente, vamos levar isso para a Bolsa de Valores por meio agora das Audiências Públicas, para que as sugestões possam ser integradas e que possamos soltar ainda neste primeiro semestre deste ano, na Bolsa de



Valores, para que façamos ficar em pé um dos maiores projetos da história do Paraná e do Brasil, com mais de 20 bilhões de investimento, fazendo com a que a Ferroeste possa ter vários braços, em vários cantos deste Paraná. E, logicamente, é muito interessante também no sudoeste, onde há um setor agropecuário muito forte também, que precisa ser prestigiado e tenho certeza de que, por meio desta nova concessão, vamos avançar nesse sentido e fazer o Estado do Paraná ser ainda mais competitivo na produção, gerando condições ao setor produtivo e ao agronegócio paranaense. Então, quero aqui também parabenizar a ação do Deputado Reichenbach, com toda a bancada do sudoeste, fazendo essa aclamação para que a Ferroeste também possa ter um braço lá no sudoeste e também possa ir até o Oeste de Santa Catarina e trazermos toda essa matéria-prima para aumentar ainda mais a nossa produtividade e competitividade. Tenho que aqui pontuar uma situação, que foi trazida pelo próprio Deputado Maurício, com relação aos hospitais regionais que foram iniciados na época, sim, do nosso grande companheiro e aqui parceiro, que foi um belíssimo e competente Secretário de Saúde do Estado do Paraná, Michele Caputo, e que tivemos a finalização aqui desses três hospitais, no Governo Ratinho Junior. Surpreende-me, falei agora há pouco até para o próprio Deputado Requião, atacando o Governo Ratinho Junior e falando bem do início das obras do Governo Beto Richa, onde sempre o nosso Requião Filho bateu de todas as maneiras sobre o Governo do Beto. Então, tenta bater no Ratinho e falando bem do Beto Richa. Não consigo interpretar as justificativas aqui do Deputado Requião Filho. Falando em *fake news*, no passado abaixava ou acabava com o pedágio, na época do Requião. Isso não aconteceu e também foi um factoide, uma falácia e é uma grande *fake news*, que tivemos também no passado. Já no Governo Ratinho Junior, o Governador determinou que as concessões das rodovias não continuassem. Então, assim acabou. Com o Governador Ratinho Junior não tivemos a continuidade daquilo que o Governador Requião, lá no passado, não conseguiu fazer. Nem acabou e nem abaixou o pedágio. Já que agora o Governador Ratinho Junior fez isso e



tem incomodado aqueles que no passado não conseguiram fazer. Aqui quero também falar, rapidamente, sobre o pronunciamento do nosso Deputado Fruet, com relação à devolução da cobrança indevida do PIS/Cofins. Deputado, não é abaixar o ICMS, mas, sim, o PIS/Cofins do ICMS. Para baixar o ICMS, o Deputado Arilson, como eu, Líder do Governo, também vou ficar bravo, porque vamos diminuir os recursos para os nossos municípios, que são divididos na sua proporcionalidade. Então, a Copel, no segundo semestre de 2020, venceu uma ação judicial, impetrada em 2009 no Supremo Tribunal Federal. Na decisão, os Ministros desobrigaram a empresa de continuar recolhendo PIS/Cofins. É PIS e Cofins, Deputado, do ICMS, sobre o ICMS que incide na tarifa de energia elétrica, por entenderem que o ICMS não deveria estar na base de cálculo dos dois tributos. Com essa exclusão, desde agosto de 2020, houve redução média de 3.8% na conta de luz dos paranaenses. Então, temos que vir aqui desmistificar muitas vezes o que a Oposição fala, faz alguns factoides, faz algumas *fake news*, traz aqui situações que muitas vezes quando vamos nos aprofundar no tema, não é aquilo que Vossas Excelências trazem aqui para nossa tribuna.

Deputado Soldado Fruet (PROS): Líder, o senhor vai me conceder um aparte?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Eu te dou a concessão.

Deputado Soldado Fruet (PROS): Essa decisão do PIS/Cofins é uma outra decisão. Mas amanhã, no tempo oportuno, explico para o senhor.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Está bom, traga as nossas informações. São aqui mais de 50 bilhões de créditos tributários para os consumidores de todo o Brasil, não apenas aqui no Paraná. Mas até agora a Aneel ainda não divulgou a orientação sobre a devolução dos valores que devem ser feitos. A Copel disse que fará tudo o que a lei determinar, com



transparência e do direito ao consumidor e o usuário. Também quero me aprofundar e trazer aqui nas próximas Sessões, com relação aos nossos incentivos e benefícios fiscais. É um tema que a Oposição também trouxe. Estive, nessa semana, em uma das empresas que tiveram os benefícios fiscais, que é a nossa Cooperativa Frimesa, fazendo um investimento bilionário lá no Oeste do Paraná, que com certeza se não tivesse esses incentivos, não estaria fazendo essa grande indústria, que é o maior frigorífico de suínos da América Latina e que vai dar grandes resultados tributários, que vão ajudar o povo paranaense. Então, quero aqui dizer a todos os nossos Deputados da importância dos incentivos, para que possamos continuar crescendo. O *Programa Paraná Competitivo* trouxe mais de 100 bilhões de investimentos, no nosso Estado do Paraná. Por isso que é importante termos cuidado com as falas, com relação a incentivos fiscais e renúncias de receitas. Também quero me posicionar ainda mais nesta semana com relação aos repasses de ICMS aos municípios. Quero dizer aqui ao Deputado Chiorato que aumentamos em 12%, de 2020 para 2021, mais de 6,8 para mais de R\$ 7,7 bilhões de repasse de ICMS. Então, isso mostra que o Paraná competitivo, os mais de R\$ 100 bilhões de investimentos que estamos tendo aqui no Estado do Paraná, têm gerado resultados e tributos para o nosso povo paranaense e para as nossas Prefeituras. Para finalizar, quero parabenizar o nosso Governador nesses últimos dias, que também mostrou resultado dos trabalhos lá em Ibirapuera, nos municípios do entorno de Londrina, com grandes investimentos, mostrando a sua capacidade de gestão mesmo com a pandemia, com todas as dificuldades financeiras, o Estado do Paraná continua levando recursos para todos os municípios e mostrando habilidade e competência que o nosso Governo tem tido com todos os municípios do Estado do Paraná. Então, isso demonstra mais uma vez que o Paraná quer continuar andando para frente, construindo pontes e fazendo grandes investimentos em todos os municípios, nesse Estado que o nosso Governador tanto representa. Então, agradecer ao desempenho dos nossos Deputados daquela região, que acompanharam o Governador. E,



mais uma vez, demonstra que o Governo do Estado, mesmo com as dificuldades, o Estado vem crescendo, gerando emprego, gerando riqueza e distribuindo recurso por todos os municípios do Estado do Paraná.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adelino Ribeiro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Júnior (PSD), Bazana (PSD), Boca Aberta Junior (PROS), Cantora Mara Lima (REP), Coronel Lee (PDC), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Fernando Martins (REP), Delegado Jacovós (PL), Douglas Fabrício (CDN), Dr. Batista (UNIÃO), Elio Rusch (UNIÃO), Evandro Araújo (PSD), Francisco Bührer (PSD), Galo (PP), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Guto Silva (PP), Homero Marchese (REP), Jonas Guimarães (PSD), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Carlos Martins (PP), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Marcel Micheletto (PL), Marcio Nunes (PSD), Maria Victória (PP), Mauro Moraes (UNIÃO), Michele Caputo (PSDB), Nelson Luersen (UNIÃO), Nelson Justus (União), Nereu Moura (MDB), Paulo Litro (PSD), Plauto Miró (UNIÃO), Professor Lemos (PT), Reichembach (UNIÃO), Requião Filho (PT), Ricardo Arruda (PL), Rodrigo Estacho (PSD), Soldado Fruet (PROS), Tadeu Veneri (PT), Tercílio Turini (PSD), Tiago Amaral (PSD) e Tião Medeiros (PP) (51 Parlamentares); Deputados ausentes sem justificativa: Cobra Repórter (PSD), Marcio Pacheco (REP) e Soldado Adriano José (PP) (3 Parlamentares).]



Projetos que necessitam de Apoio.

Projetos de Lei: (Com apoio e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o nº 201/2022**, do Deputado Dr. Batista, que proíbe o uso, a comercialização, a importação e a produção de quaisquer dispositivos eletrônicos para fumar, conhecido como cigarro eletrônico; **Autuado sob o nº 202/2022**, do Deputado Artagão Junior, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Irmandade dos Cossacos Prudentópolis-PR; **Autuado sob o nº 203/2022**, do Deputado Douglas Fabrício, que denomina Biblioteca Comunitária Professor Amani Spachinski de Oliveira a biblioteca do Colégio Estadual Cívico-Militar Marechal Rondon, do município de Campo Mourão; **Autuado sob o nº 204/2022**, do Deputado Boca Aberta Junior, que institui o Programa Internet Solidária no âmbito do Estado do Paraná; **Autuado sob o nº 205/2022**, do Deputado Delegado Fernando Martins, que institui o Programa Estadual de Bioinssumos e dá outras providências.

Deputados que apoiam permaneçam como estão. **Apoiados.**

Passamos aos Itens da pauta.

Temos quatro Redações Finais.

(Procedeu-se à votação simbólica e em bloco das Redações Finais.)

ITEM 1 – Redação Final do Projeto de Lei Complementar n.º 14/2021, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 240/2021, que altera a Lei Complementar n.º 26, de 30 de dezembro de 1985, e a Lei Complementar n.º 161, de 3 de outubro de 2013.

ITEM 2 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 194/2020, de autoria do Deputado Coronel Lee, que institui o Dia do Respeito e da Proteção à



Propriedade e Contra as Invasões de Terra, a ser comemorado anualmente na data de 3 de março.

ITEM 3 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 165/2021, de autoria dos Deputados Galo e Alexandre Amaro, que proíbe a realização de tatuagens e a colocação de piercings em animais, com fins estéticos.

ITEM 4 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 1/2022, de autoria do Deputado Soldado Fruet, que concede o Título de Cidadã Honorária do Estado do Paraná à Senhora Philomena Maria Morello Raffagnin.

Deputados que aprovam permanecam como estão, os contrários que se manifestem. **Aprovados.** (O Sr. Presidente, Deputado Ademar Traiano, registra em Ata o voto contrário dos Deputados da Oposição ao Item 2, Redação Final do Projeto de Lei n.º 194/202.)

ITEM 5 – 3.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 93/2021, de autoria dos Deputados Professor Lemos, Cantora Mara Lima, Cristina Silvestri, Luciana Rafagnin, Mabel Canto e Maria Victória, que cria o “Selo Estadual Empresa pela Mulher”, destinado a estimular boas práticas empresariais para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, bem como a fomentar liderança corporativa de alto nível para a igualdade de gênero. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e Comissão de Indústria, Comércio, Emprego e Renda. Substitutivo geral da CCJ. Vamos apreciar neste turno o substitutivo geral aprovado em segunda discussão. Senhores Líderes, em discussão o Projeto do Item 5. Como encaminham o voto?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede o voto “sim”, Presidente.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”, Presidente.



SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votando. Ainda pendentes os votos dos Deputados Anibelli Neto, Elio Rusch, Galo, Gilson de Souza, Jonas Guimarães, Mauro Moraes, Nelson Justus. Votação encerrada, Sr.^o Deputados: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Gilberto Ribeiro, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (45 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Cobra Repórter, Elio Rusch, Galo, Gilson de Souza, Jonas Guimarães, Marcio Pacheco, Nelson Justus e Soldado Adriano José (9 Deputados).] Com 45 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.^º 93/2021.**

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): *Pela ordem. Presidente, pela ordem.* O senhor fez a votação dos primeiros Itens em bloco.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem.*

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): O senhor fez a votação dos primeiros Itens em bloco e a Oposição é contrária ao Item 2. Já votamos o primeiro, já, e agora quero registrar a Redação Final.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vamos registrar em Ata, então. Voto contrário da Bancada de Oposição.

ITEM 6 – 3.^º Discussão do Projeto de Lei n.^º 90/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^º 13/2022, que altera dispositivos da Lei n.^º 15229, de



26 de julho de 2006, que dispõe sobre normas para execução do sistema de diretrizes e bases do planejamento estadual, nos termos do art. 141 da Constituição Estadual. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Fiscalização da Assembleia Legislativa e Assuntos Municipais. Regime de urgência. Emenda de Plenário com parecer favorável da CCJ na forma da subemenda. Vamos apreciar neste turno subemenda aprovada em 2.^a discussão. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “sim”, Presidente.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ainda pendentes os votos dos Deputados Alexandre Curi, Delegado Jacovós, Elio Rusch, Galo, Gilson de Souza, Homero Marchese, Marcio Nunes, Mauro Moraes, Ricardo Arruda. Votação encerrada, Sr.^s Deputados: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Gilberto Ribeiro, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (46 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Cobra Repórter, Elio Rusch, Galo, Gilson de Souza, Marcio Nunes, Marcio Pacheco e Soldado Adriano José (8 Deputados).]



Com 46 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovada a Subemenda.**

DEPUTADO ANIBELLI NETO (MDB): Questão de ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Questão de ordem, Deputado...

DEPUTADO ANIBELLI NETO (MDB): Gostaria de convidar todos os membros da Comissão de Agricultura e Pecuária para que após a Sessão, na nossa CCJ, depois da Comissão de Orçamento, possamos colocar em dia as pautas que são muito grandes. Então, convoco todos os Deputados da Comissão de Agricultura para estarem, remota ou presencialmente, na CCJ. Muito obrigado.

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Senhor Presidente, na esteira do Deputado Anibelli aqui, Deputado Evandro Araújo. Apenas também ressaltar que após a Sessão, então antes da Comissão de Agricultura, temos que deliberar na Comissão de Orçamento, aqui na sala ao lado, sala Arnaldo Busato.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Está aprovada a subemenda em 2.^a discussão.

ITEM 7 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 3/2022, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que concede Título de Utilidade Pública à Associação de Proteção aos Animais Amigos Leais, com sede no município de Imbituva. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “sim”, Presidente.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”, Presidente.



SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada, Sr.^o Deputados: [**Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Gilberto Ribeiro, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (44 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Cobra Repórter, Elio Rusch, Galo, Gilson de Souza, Goura, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Requião Filho e Soldado Adriano José (10 Deputados).] Com 44 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.^º 3/2022.**

ITEM 8 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 75/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^º 8/2022, que altera dispositivos da Lei n.^º 17480, de 10 de janeiro de 2013, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Informações do Governo – Paraná, cria o Conselho Estadual de Tecnologia da Comunicação – Paraná e o Programa Estadual de Informações Integradas; e da Lei n.^º 19848, de 3 de maio de 2019, que dispõe sobre a organização básica administrativa do Poder Executivo Estadual. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e Comissão de Finanças e Tributação. O Projeto recebeu uma emenda. Consulto o Deputado Arilson se mantém a emenda ou retira a emenda.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Fizemos um acordo com a Liderança do Governo, vamos retirar a emenda e o Projeto voltará novamente com a correção.



SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ok. (**Sobre o Projeto: Emenda de Plenário** do Deputado Arilson Chiorato. **Retirada pelo autor.**) Então, em discussão o Projeto. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Peço voto “sim”, Presidente, a Liderança do Governo pede voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Senhor Deputado Marcel Micheletto, o seu voto. Deputado Alexandre Curi votou, Artagão votou. Delegado Fernando Martins, Elio Rusch, Galo, Gilson de Souza, Goura, Marcio Nunes. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Gilberto Ribeiro, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (45 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Cobra Repórter, Elio Rusch, Galo, Gilson de Souza, Goura, Marcio Nunes, Marcio Pacheco e Soldado Adriano José (9 Deputados).] Com 45 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 75/2022.**

ITEM 9 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 115/2021, de autoria dos Deputados Delegado Recalcatti e Goura, que concede o Título de Utilidade



Pública ao Veterano Jatobá Futebol Clube, com sede no município de Araucária. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “sim”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada:
[*Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Gilberto Ribeiro, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (44 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Cobra Repórter, Del. Fernando Martins, Elio Rusch, Galo, Gilson de Souza, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Requião Filho e Soldado Adriano José (10 Deputados).]*] Com 44 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.^º 115/2021.

ITEM 10 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 609/2021, de autoria do Deputado Tercílio Turini, que concede o Título de Paraíso das Serras do Paraná ao município de Cândido de Abreu. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Ecologia, Meio Ambiente e Proteção aos Animais. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?



DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “sim”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ainda alguns Deputados não votaram, Boca Aberta Junior, Alexandre Curi.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Senhor Presidente, *pela ordem*. Só que fique registrado em Ata, estou entregando aqui as decisões do STF, que são duas decisões diferentes em relação àquela questão da Copel, que o nosso Líder do Governo levantou ali falando que era a mesma decisão, mas são duas decisões diferentes. Estou entregando em mãos a ele aqui as decisões.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não, Deputado. Vossa Excelência vai votar, Deputado Soldado Fruet? Votação encerrada, Sr.^o Deputados: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Gilberto Ribeiro, Goura, Guto Silva, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Ricardo Arruda, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (42 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Cobra Repórter, Elio Rusch, Galo, Gilson de Souza, Homero Marchese, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Requião Filho, Rodrigo Estacho e Soldado Adriano José (12 Deputados).] Com 42 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.^º 609/2021.



ITEM 11 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 627/2021, de autoria do Deputado Cobra Repórter, que concede o Título de Utilidade Pública ao Instituto Humanitário Remindo Vidas, com sede no município de Bandeirantes. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”, Presidente.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “sim”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Marcel, o seu voto, por favor. Votação encerrada: *[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Gilberto Ribeiro, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (39 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Elio Rusch, Galo, Gilson de Souza, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Reichembach, Requião Filho, Soldado Adriano José e Soldado Fruet (15 Deputados).]* Com 39 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.^º 627/2021.**

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.



Temos aqui requerimentos. Do Deputado Arilson, Deputada Mabel, Deputado Arilson, Deputado Homero... São seis requerimentos de pedidos de informação. (**Requerimento n.º 1346/2022**, do Deputado Arilson Chiorato, solicitando informações ao Chefe da Casa Civil, Sr. João Carlos Ortega, conforme específica; **Requerimento n.º 1367/2022**, da Deputada Mabel Canto, solicitando informações ao Secretário de Estado da Saúde, Sr. César Augusto Neves Luiz, acerca da desativação do Comitê de Prevenção de Mortalidade Materno Infantil e Fetal da 3.ª Regional de Saúde, com sede em Ponta Grossa; **Requerimento n.º 1383/2022**, do Deputado Arilson Chiorato, solicitando informações ao Secretário de Estado da Infraestrutura e Logística, sobre o termo de convênio de administração e exploração das rodovias estaduais à União e sobre contratos de serviços operacionais; **Requerimento n.º 1419/2022**, da Deputada Mabel Canto, solicitando informações ao Secretário de Estado da Saúde, Sr. César Augusto Neves Luiz, acerca do número de nascimentos no Estado do Paraná nos anos de 2019, 2020 e 2021; **Requerimento n.º 1408/2022**, do Deputado Homero Marchese, solicitando envio de expediente ao Presidente da Copel, Sr. Daniel Pimentel Slaviero, conforme específica; e **Requerimento n.º 1420/2022**, da Deputada Cristina Silvestri, solicitando informações ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Sr. Wagner Mesquita de Oliveira, a respeito do IML de Guarapuava, nos termos que especifica.) Consulto o Líder.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): O 12, 13, 14, 15, 16 e 17 para discutir, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Todos adiados na forma regimental.

Requerimento n.º 1404/2022, da Deputada Mabel Canto, solicitando regime de urgência para tramitação do Projeto de Lei n.º 264/2021, de autoria das Deputadas Mabel Canto, Cristina Silvestri, Cantora Mara Lima, Luciana



Rafagnin e dos Deputados Boca Aberta Junior, Goura, Michele Caputo e Luiz Claudio Romanelli. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado o Requerimento.** (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Requerimento n.º 1366/2022, do Deputado Luiz Claudio Romanelli, solicitando dispensa de votação de Redação Final do Projeto de Lei n.º 3/2022, por ter sido aprovado sem emendas no curso de sua tramitação. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado o Requerimento.** (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.º 1342/2022, do Deputado Luiz Claudio Romanelli, solicitando o registro e o envio de menção honrosa ao Padre Reinaldo Amauri Lopes; **Requerimento n.º 1343/2022**, do Deputado Guto Silva, solicitando o registro e o envio de votos de pesar à família pelo falecimento do Sr. Valdir Luiz Pagnocelli; **Requerimento n.º 1345/2022**, da Deputada Luciana Rafagnin, solicitando o registro e o envio de votos de pesar à família pelo falecimento do Sr. Valdir Luiz Pagnocelli; **Requerimento n.º 1347/2022**, do Deputado Douglas Fabrício, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Infraestrutura e Logística, Sr. Fernando Furiatti Saboia, e ao Diretor-Geral do DER/PR, Sr. Alexandre Castro Fernandes, requerendo informações acerca da instalação de radar eletrônico nos dois sentidos da ponte do Rio Chupador, na PR-487, entre os municípios de Iretama e Luiziana; **Requerimento n.º 1348/2022**, do Deputado Arilson Chiorato, solicitando envio de expediente ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, do Tribunal de Contas da União, requerendo o agendamento de reunião entre os Coordenadores da Frente Parlamentar sobre o Pedágio no Paraná; **Requerimento n.º 1349/2022**, do Deputado Alexandre Curi, solicitando envio de expediente ao DER/PR, Sr. Alexandre Castro



Fernandes, requerendo o recape asfáltico emergencial na PRT-487, trecho entre a cidade de Manoel Ribas até a cidade de Reserva; **Requerimentos n.^{os} 1350 a 1352/2022**, da Deputada Cantora Mara Lima, solicitando o registro de menção honrosa: ao casal Pastor Eurico Deraldo Santana e Irmã Alcione Carvalho Santana; ao casal Pastor Euclides Rodrigues e Irmã Loreci Rodrigues; e ao Pastor Jairo Elim Gollmann; **Requerimento n.^º 1353/2022**, do Deputado Guto Silva, solicitando envio de expediente ao Secretário de Estado da Justiça, Família e Trabalho requerendo a viabilidade de criação da Superintendência da Promoção da Igualdade Racial no âmbito do Estado; **Requerimento n.^º 1354/2022**, do Deputado Guto Silva, solicitando envio de expediente ao Secretário de Infraestrutura e Logística, requerendo a construção de um retorno na BR-376, no município de Ortigueira; **Requerimento n.^º 1355/2022**, do Deputado Guto Silva, solicitando envio de expediente ao Secretário de Educação e do Esporte, requerendo a reforma do Colégio Estadual Adelaide Glaser Ross, no município de Nova Fátima; **Requerimento n.^º 1356/2022**, da Deputada Cantora Mara Lima, solicitando o registro de menção honrosa ao Sr. José Dantas Barreto Júnior; **Requerimento n.^º 1360/2022**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o envio de votos de louvor à Associação Ícaro Marcolin, pelos relevantes trabalhos de inclusão social prestados à sociedade paranaense, por intermédio da prática esportiva e cultural e pelo sucesso de conquistas realizadas no âmbito do tênis de alto rendimento; **Requerimento n.^º 1362/2022**, do Deputado Soldado Fruet, solicitando envio de expediente ao Secretário de Estado de Segurança Pública e Delegado-Geral de Polícia Civil do Estado do Paraná, requerendo providências com relação à falta de delegado e viaturas policiais no município de Pérola; **Requerimento n.^º 1363/2022**, da Deputada Mabel Canto, solicitando o registro de votos de congratulações com menção honrosa à Sr.^a Giovanna Broch Barbiero; **Requerimento n.^º 1364/2022**, do Deputado Coronel Lee, solicitando envio de expediente ao Secretário de Segurança Pública, requerendo relatório detalhado preenchendo a planilha anexa sobre a



mobilização do efetivo da SESP no período 2012 a 2022; **Requerimento n.º 1368/2022**, do Deputado Luiz Claudio Romanelli, solicitando envio de votos de pesar à família pelo falecimento do ex-Prefeito de Campo Magro, José Antônio Pase; **Requerimentos n.ºs 1369 a 1382, 1384 a 1402, 1405 a 1407, 1409 a 1411, 1413, 1414, 1416, 1417, 1418 e 1423 a 1425/2022**, do Deputado Plauto Miró, solicitando envio de votos de pesar à família pelo falecimento de: Sebastião Osil de Matos Nascimento; José Maria de Souza; Agostinho Sovinski; Jerônimo de Quadros; Florisvaldo Thomaz; Vera Emília Codognatto; Sebastiana Edilze Lirman Martins; Mariam Dias de Paula Martins; Maria Getulina do Carmo Penteado; Maria da Luz Lirias; Iria Maria Walter; Leoni Casturina Camargo; Joana Bronguel da Silva; Olinda Crovador dos Santos; Olinda Aparecida dos Santos; Natalia Rodrigues de Souza; José Severino de Oliveira; Maria Magnólia Bueno da Rosa; Plinio Gaertner; Sebastião Orlando Martins; Nelson Theodoro Fenker; Lourivaldo Batista; Ildefonso dos Santos; João Maria Pinheiro; Maria Arlete Festa; Cleonice de Jesus de Oliveira; Valdir Pagnocelli; Rivadavia Clock; Nelson Galvão da Luz; Mario Roberto Stinghen; Alcides dos Santos; Luiz Conrado de Antoni; Jorge Lourenço Floriano dos Santos; Shirley Thereza Ricetti Alves; Maria Clara da Silva Rosa; Lila Wlodarski Bodnar; Angela Maria Lopes Scmidt; Ziladir Cruz Baptista; Sonia Maria Cardoso; Maria Cypriana Rodrigues; Lucia Bassai Adamovicz; Ana Tila de Almeida; Paulo Cionek; Laury José Pinheiro; João Acir Viante; Azor Pereira Marques; e Antonio Rodrigues; **Requerimento n.º 1403/2022**, do Deputado Plauto Miró, solicitando envio de expediente ao Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística e ao Diretor-Geral do DER/PR, requerendo a implantação de lombadas/redutores de velocidades e as devidas sinalizações nas proximidades da Colônia do Lago, município de Palmeira, PR-151, que liga os municípios de Palmeira e Ponta Grossa; **Requerimento n.º 1412/2022**, do Deputado Professor Lemos, solicitando envio de expediente ao Governador do Estado e ao Secretário de Estado da Saúde, Sr. José Augusto Neves Luiz, requerendo que todos os funcionários do ensino básico e superior possam



tomar a vacina da gripe; **Requerimento n.º 1421/2022**, da Deputada Cristina Silvestri, solicitando envio de expediente ao Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Arthur Lyra, declarando apoio ao Projeto de Lei n.º 3.387/2019 e requerendo agilidade na tramitação do mesmo; **Requerimento n.º 1422/2022**, do Deputado Luiz Cláudio Romanelli, solicitando envio de expediente ao Diretor-Geral do DER/PR, requerendo informações sobre a retirada da linha regular de ônibus entre Cambará e Jacarezinho.

Requerimentos com despacho do Presidente.

Ao Cerimonial, à Diretoria Geral e à Diretoria Legislativa para providências: **Requerimento n.º 1357/2022**, da Deputada Mabel Canto, requerendo o uso do horário do Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 30 de maio de 2022; **Requerimento n.º 1361/2022**, do Deputado Tadeu Veneri, requerendo o uso do horário do Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 6 de junho de 2022; **Requerimento n.º 1426/2022**, do Deputado Luiz Fernando Guerra, requerendo o uso do horário do Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 13 de junho de 2022.

À Diretoria Legislativa para providências: **Requerimento n.º 1358/2022**, dos Deputados Michele Caputo e Tadeu Veneri, solicitando a inclusão do Deputado Michele Caputo como coautor do Projeto de Lei n.º 302/2019, do Deputado Tadeu Veneri.

Justificativas de ausência.

Deferido conforme o art. 97, § 3.º, IV do Regimento Interno (Deputado que, por indicação do Presidente, estiver representando a Assembleia): **Requerimento n.º 1359/2022**, da Deputada Maria Victória, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária de 11 de maio de 2022.



Deferido conforme o art. 97, § 4.º do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, no período de um mês, uma ausência injustificada): **Requerimento n.º 1365/2022**, do Deputado Delegado Jacovós, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 11 de maio de 2022.

Deferido conforme o art. 97, § 3.º, I do Regimento Interno (por motivo de doença, mediante a apresentação de atestado médico): **Requerimento n.º 1415/2022**, do Deputado Anibelli Neto, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 10 e 11 de maio de 2022.

Requerimento arquivado.

Requerimento n.º 1344/2022, do Deputado Alexandre Curi, solicitando o envio de expediente ao Diretor do DER/PR, Sr. Alexandre Castro Fernandes, requerendo o recape asfáltico emergencial na PRT-487, trecho entre Cândido de Abreu até a cidade de Reserva.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando uma outra para amanhã, com a seguinte **Ordem do Dia:** Redação Final do Projeto de Lei n.º 75/2022; 2.^a Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 115/2021, 351/2021, 609/2021 e 627/2021; e 1.^a Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 73/2017, 264/2021, 93/2022, 122/2022, 190/2022 e 191/2022.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 16h37, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)